



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO IVAÍ – ESTADO DO PARANÁ**

### **COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**

#### **PARECER CJR**

**Projeto de Lei nº 85/2025 – Executivo**

**Autor: Prefeito Municipal**

**Relator: Vereador Thiago Henrique Carlos da Silva**

#### **I – RELATÓRIO**

Chega a esta Comissão o Projeto de Lei nº 85/2025, de iniciativa do Chefe do Poder Executivo Municipal, que “dispõe sobre a fixação do vencimento do cargo de Operador de Máquinas, com jornada de 40 (quarenta) horas semanais no âmbito da Administração Pública Direta do Município de São João do Ivaí e dá outras providências”.

A proposição visa adequar o salário base do cargo de Operador de Máquinas, atualmente fixado em R\$ 1.709,39, para o valor de R\$ 2.500,00, conforme informado nos demonstrativos contábeis anexados, buscando corrigir defasagem remuneratória e reconhecer a relevância dos serviços executados por estes profissionais.

Conforme a Mensagem nº 85/2025, trata-se de medida administrativa voltada à valorização funcional e ao aprimoramento da eficiência dos serviços públicos, especialmente no setor de infraestrutura municipal.

É o relatório.

#### **II – ANÁLISE TÉCNICO-JURÍDICA**

##### ***a) Competência e iniciativa***

O projeto versa sobre regime jurídico e remuneração de servidor público, matéria cuja iniciativa é privativa do Chefe do Executivo Municipal, nos termos da Constituição Federal, da Lei Orgânica do Município e da jurisprudência consolidada do STF.

Assim, a iniciativa legislativa é legítima e adequada.



### ***b) Constitucionalidade e legalidade***

A proposição respeita:

- o art. 37, caput, da Constituição Federal, ao observar legalidade, moralidade, eficiência e impessoalidade;
- as regras constitucionais e municipais relacionadas à estrutura administrativa e ao provimento de cargos;
- a exigência de previsão orçamentária (art. 2º), remetendo a despesa às dotações próprias.

Além disso, a fixação do vencimento está amparada em estimativa de impacto orçamentário-financeiro elaborada pelo Departamento de Contabilidade, que demonstra acréscimo mensal de R\$ 790,61 (setecentos e noventa reais e sessenta e um reais) por servidor e apresenta evolução histórica do índice de gastos com pessoal entre 2022 e 2025.

Não se vislumbram vícios de constitucionalidade, legalidade, iniciativa ou forma.

### ***c) Juridicidade***

A matéria encontra-se devidamente fundamentada e alinhada aos princípios do Direito Administrativo, notadamente:

- **eficiência**, pela adequação remuneratória visando retenção e motivação de trabalhadores qualificados;
- **moralidade e razoabilidade**, pela justificativa de valorização profissional e reconhecimento da essencialidade da função;
- **transparência**, pela apresentação de impacto financeiro.

Não há incompatibilidades com o ordenamento jurídico, nem afronta a leis federais ou municipais.

### ***d) Técnica legislativa***

O texto apresenta:

- ementa clara;



- artigos coesos e organizados;
- cláusula de vigência adequada;
- remissão expressa à cobertura orçamentária.

Atende, portanto, aos parâmetros da Lei Complementar nº 95/1998.

### **III – CONCLUSÃO DO RELATOR**

Diante do exposto, esta Relatoria ressalta que o Projeto de Lei nº 85/2025:

- apresenta regularidade formal e material;
- está em conformidade com a Constituição Federal, a Lei Orgânica e o Regimento Interno;
- observa a necessária responsabilidade fiscal;
- enuncia de modo claro sua finalidade e execução.

Assim, opino FAVORAVELMENTE à aprovação do Projeto de Lei nº 85/2025, por entendê-lo apto a seguir sua tramitação e deliberação plenária.

São João do Ivaí, 05 de dezembro de 2025.

**Thiago Henrique Carlos da Silva**  
***Relator da Comissão de Justiça e Redação***



## PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

A Comissão de Justiça e Redação, reunida nesta data, após análise do voto do relator, decide, **por unanimidade**, acompanhar integralmente sua conclusão, manifestando-se **pela aprovação** do Projeto de Lei nº 85/2025, por estar em conformidade com a legislação vigente.

Sala das Comissões, 08 de dezembro de 2025.

  
**Joaquim Henrique da Cunha Silvério**  
*Presidente*

  
**Thiago Henrique Carlos da Silva**  
*Relator*

  
**Astalair Tiba Monteiro**  
*Membro*



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO IVAÍ – ESTADO DO PARANÁ**

### **COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**

#### **PARECER CFO**

**Projeto de Lei nº 85/2025 – Executivo**

**Relator:** Maicon César Rossi

#### **I – RELATÓRIO**

Chega à análise desta Comissão o Projeto de Lei nº 85/2025, que dispõe sobre a fixação do vencimento do cargo de Operador de Máquinas, passando o salário-base para R\$ 2.500,00, com jornada de 40h semanais.

A proposição é acompanhada de Estimativa de Impacto Orçamentário-Financeiro, elaborada pela Contabilidade Municipal, bem como mensagem justificativa apresentada pelo Chefe do Executivo.

É o relatório.

#### **II – ANÁLISE TÉCNICO-FINANCEIRA**

##### ***a) Adequação orçamentária e financeira***

Conforme documento técnico anexado, o aumento proposto representa acréscimo direto de:

- R\$ 790,61 ao salário base atual do cargo;
- impacto proporcional sobre encargos e demais vantagens.

A análise indica que, considerando a evolução da Receita Corrente Líquida e da despesa com pessoal (2022–2025), o índice resultante situa-se em 50,72%, mantendo-se dentro do limite de alerta previsto pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

A despesa está vinculada às dotações orçamentárias próprias, conforme art. 2º do PL.



### ***b) Responsabilidade fiscal***

A matéria atende aos arts. 15, 16 e 17 da LRF, pois:

- há estimativa de impacto orçamentário-financeiro;
- existe declaração contábil de adequação às leis orçamentárias;
- não há extrapolação dos limites de gasto com pessoal.

O projeto não cria cargos, apenas reajusta remuneração existente, mantendo previsibilidade fiscal.

### ***c) Planejamento, controle e transparência***

A presença de demonstrativos numéricos, histórico do índice de pessoal e assinatura digital do responsável técnico reforçam a transparência e possibilitam controle interno e externo adequados.

A despesa adicional é absorvível pela Administração, diante da margem atual dos limites fiscais e da previsão orçamentária existente.

## **III – CONCLUSÃO DO RELATOR**

Diante da análise empreendida, esta Relatoria conclui que o Projeto de Lei nº 85/2025:

- está financeira e orçamentariamente adequado;
- observa rigorosamente os dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal;
- não compromete, em tese, o equilíbrio das contas públicas;
- pode prosseguir para deliberação em Plenário.

Assim, manifesto-me FAVORAVELMENTE à aprovação do Projeto de Lei nº 85/2025.

São João do Ivaí, 05 de dezembro de 2025.

**Maicon César Rossi**

***Relator da Comissão de Finanças e Orçamento***





## PARECER DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

A Comissão de Finanças e Orçamento, reunida nesta data, após análise do voto do Relator, decide, **por unanimidade, acompanhar integralmente o parecer**, manifestando-se **pela aprovação** do Projeto de Lei nº 85/2025.

Sala das Comissões, 08 de dezembro de 2025.



**Thiago Henrique Carlos da Silva**  
*Presidente*

**Edgar Santos de Carvalho**  
*Membro*



**Maicon César Rossi**  
*Relator*